



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

## PROJETO DE LEI Nº 124/2006

Câmara Municipal de Pato Branco	
Fl.:	14
Visto:	

MENSAGEM Nº 107/2006

RECEBIDA EM: 29 de setembro de 2006.

Nº DO PROJETO: 124/2006

SÚMULA: Estima a receita e fixa a despesa do Município de Pato Branco, para o exercício financeiro de 2007 (no valor de R\$ 84.234.817,68)

AUTOR: Executivo Municipal

LEITURA EM PLENÁRIO: 2 de outubro de 2006.

O Prefeito Municipal, Roberto Salvador Viganó, solicitou devolução deste projeto de lei através do ofício nº 1032/2006/GP, datado de 20 de setembro de 2006 e encaminhou nova proposta orçamentária no valor de R\$ 77.555.482,00.

Sendo que o mesmo foi devolvido através do ofício legislativo nº 568/2006, de 24 de outubro de 2006, assinado pelo Presidente - Laurindo Cesa.

<i>Câmara Municipal de Pato Branco</i>	
Fl.:	<u>13</u>
Visto:	<u>70m</u>

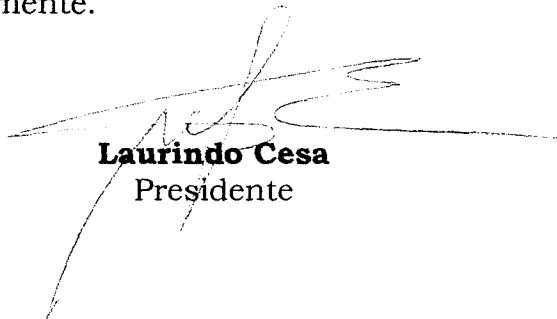
**Ofício nº 568/2006**

**Pato Branco, 24 de outubro de 2006.**

Senhor Prefeito:

Atendendo solicitação feita através do ofício nº 1032/2006/GP, datado de 20 de outubro de 2006, estamos devolvendo a Proposta Orçamentária do Município de Pato Branco, no valor de R\$ 84.234.817,68 (oitenta e quatro milhões, duzentos e trinta e quatro mil, oitocentos e dezessete reais e sessenta e oito centavos), para o exercício de 2007, encaminhada a esta Casa de Leis através do ofício nº 959/2006/GP, datado de 29 de setembro de 2006.

Respeitosamente.



**Laurindo Cesa**  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
**Roberto Salvador Viganó**  
Prefeito Municipal  
Pato Branco – Paraná



# *Prefeitura Municipal de Pato Branco*

ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

*Câmara Municipal de  
Pato Branco*

Fl.: 12

Visto: per

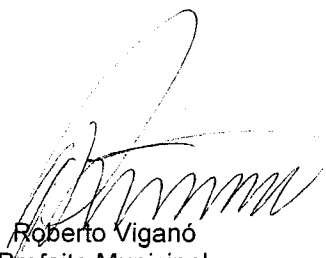
Ofício nº 1.032/2006/GP

Pato Branco, 20 de outubro de 2.006.

Senhor Presidente:

Encaminhamos com alterações, nova Proposta Orçamentária do Município de Pato Branco, no valor de R\$ 77.555.482,00 (setenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e dois reais), para o exercício vindouro de 2.007, bem como solicitamos a devolução da proposta encaminhada através do ofício 989/2006-GP em data de 29 de setembro de 2006.

Atenciosamente.

  
Roberto Viganó  
Prefeito Municipal

Ao Senhor  
Laurindo Cesa  
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco  
Pato Branco-Pr.

Pato Branco, 20 de outubro de 2006.

*Câmara Municipal de*  
*Pato Branco*

Fl.: 11

Visto: 7/8/81

**Senhor Presidente e**  
**Membros da Comissão de Finanças e Orçamento**

O orçamento é a peça mais importante da Administração Pública, nele estão os programas e projetos de um governo que, ao distribuir entre os vários órgãos o dinheiro arrecadado dos cidadãos, define suas prioridades.

A Proposta Orçamentária para o exercício financeiro de 2007 foi protocolada neste Legislativo Municipal no dia 29 de setembro, sendo lido em plenário no dia 02 de outubro e distribuído aos nobres vereadores no dia **05 de outubro**. Dessa forma conforme preceitua o Regimento Interno desta Casa de Leis em seu art. 182 e 183 os vereadores tem prazo de 10 dias para apresentarem emenda ao orçamento para que então a mesma exare parecer para apreciação do plenário.

**Art. 182** - Recebida do Prefeito a proposta Orçamentária, dentro do prazo e na forma legal, o Presidente mandará lê-la em Plenário e distribuir cópia aos Vereadores, enviando-a à Comissão de Orçamento e Finanças para parecer, que o emitirá dentro dos 10 (dez) dias seguintes.

**§ 1º** - No decêndio, os Vereadores poderão apresentar emendas à proposta, nos casos em que sejam permitidas, as quais serão lidas em Plenário.

**Art. 183** - A Comissão de Orçamento e Finanças pronunciar-se-á em 15 (quinze) dias, findo os quais, com ou sem parecer, a matéria será incluída como item único da Ordem do Dia da primeira sessão seguinte."

A Lei de Responsabilidade Fiscal ainda em seu artigo 48 determina que durante o processo de discussão da proposta orçamentária deverá ser realizada audiência pública. Neste sentido deverá ainda a Comissão juntamente com o Presidente deste Legislativo em concordância com o Executivo Municipal marcar a Audiência Pública determina por Lei.

**Art. 48.** São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos."



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

Câmara Municipal de Pato Branco	
Fl.:	10
Visto:	<i>[assinatura]</i>

Esclareço ainda que conforme especifica a legislação em vigor tem essa assessoria como definida em suas atribuições a emissão de pareceres aos projetos de lei que envolvam aspectos financeiros, orçamentários e contábeis da administração direta, indireta, autárquica e fundacional, bem como no art. 182, § 2º determina o prazo de 10 dias para apresentação de parecer técnico-contábil.

**"Art. 182...**

**§ 2º** - No prazo estabelecido no parágrafo anterior, a Contadoria da Câmara emitirá parecer técnico-contábil sobre a Proposta Orçamentária, o qual será apenso ao projeto."

Sendo assim, informo a Comissão de Finanças e Orçamento que na data de hoje, dia **20 de outubro** vence o prazo para que os vereadores apresentassem emendas a Proposta Orçamentária em tramite, bem como o prazo para essa Assessoria emitir parecer sobre a matéria.

No entanto conforme pode ser observado o Projeto protocolado não apresenta base certa, legal, receita com despesa apresentam valores diferenciados, não estando condizentes com os parâmetros disciplinados para a matéria, portanto em conformidade com o que disciplina a legislação em vigor, especialmente a Lei 4.320 de 17 de março de 1964 que Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Neste sentido sugiro a Comissão que requeira junto ao Executivo Municipal a substituição da Proposta Orçamentária apresentada para que o Projeto possa seguir seu tramite normal e aprovação, bem como para que seja marcado Audiência Pública conforme determina legislação em vigor, reiniciando-se os prazos regimentais após a realização da Audiência Pública em observância ao que preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Colocamos-nos ao inteiro dispor dos Membros da Comissão para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente

*[assinatura]*  
Márcia Regina Zanoelo  
Assessora Contábil

*[assinatura]*  
Recebido em 20./10./06.

Vereadores que receberam no dia 5 de outubro de 2006, cópia do Projeto de Lei nº 124/2006, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Pato Branco, para o exercício financeiro de 2007, enviado à esta Casa de Leis, pelo Executivo Municipal, no dia 29 de setembro de 2006, através da Mensagem nº 107/2006.

Aldir Vendruscolo-PFL

Cilmar Francisco Pastorello-PL

Guilherme Sebastião Silverio-PMDB

Laurindo Cesa-PSDB

Márcia Kozelinski- PPS

Marco Antonio Augusto Pozza-PMDB

Nelson Bertani-PDT

Osmar Braun Sobrinho-PV

Valmir Tasca-PFL

Volmir Sabbi-PT



# *Prefeitura Municipal de Pato Branco*

ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

<i>Câmara Municipal de Pato Branco</i>	
Fl.:	03
Visto:	<i>[assinatura]</i>

Ofício nº 989/2006/GP

Pato Branco, 29 de setembro de 2.006.

Senhor Presidente:

Encaminhamos através deste, Proposta Orçamentária do Município de Pato Branco, no valor de R\$ 84.234.817,68 (oitenta e e quatro milhões, duzentos e trinta e quatro mil, oitocentos e dezessete reais e sessenta e oito centavos), para o exercício vindouro de 2.007.

Atenciosamente.

*[Assinatura]*  
Roberto Viganó  
Prefeito Municipal

Ao Senhor  
Laurindo Cesa  
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco  
Pato Branco-Pr.

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO  
R O T O C O L O 29 Set 2006 17:41 405331 1/2



# *Prefeitura Municipal de Pato Branco*

ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

*Câmara Municipal de  
Pato Branco*

Fl.: 07

Visto: 7/09

Pato Branco, 29 de setembro de 2.006

## **MENSAGEM Nº 107/06 JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº**

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores.

Em obediência às disposições Constitucionais e pelo que estabelece o inciso II, parágrafo 3º do artigo 95, da Lei Orgânica do Município Pato Branco-PR., submetemos à apreciação dessa Colenda Câmara Municipal, a Proposta Orçamentária deste Município, para o exercício financeiro de 2.007, que estima a receita e fixa a despesa em R\$ 84.234.817,68 (oitenta e quatro milhões, duzentos e trinta e quatro mil, oitocentos e dezessete reais e sessenta e oito centavos), conforme detalhamento:

### **RECEITAS**

A Receita da Prefeitura prevista por fonte:

#### **I - RECEITAS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA COMPANHIA DE MINERAÇÃO DE PATO BRANCO.**

##### **1. RECEITAS CORRENTES**

Receita Tributária.....	15.858.441,63
Receita de Contribuições.....	3.043.683,95
Receita Patrimonial.....	816.603,00
Receita Agropecuária.....	53.240,00
Receita de Serviços.....	676.680,40
Transferências Correntes.....	56.761.089,00
Outras Receitas Correntes.....	7.680.600,00
(-) Dedução para o FUNDEF	- 3.522.225,30
<b>SOMA.....</b>	<b>81.368.112,68</b>

##### **2. RECEITAS DE CAPITAL**

Operações de Crédito	2.731.705,00
Alienação de Bens	135.000,00
<b>SOMA.....</b>	<b>2.866.705,00</b>

**TOTAL..... 84.234.817,68**

##### **3 - RECEITAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO**

##### **COMPANHIA DE MINERAÇÃO DE PATO BRANCO S.A**

Receitas Correntes.....	126.615,75
<b>TOTAL.....</b>	<b>126.615,75</b>





# Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

Câmara Municipal de Pato Branco	
Fl.:	06
Visto:	7/8

## 4 – RESUMO DA RECEITA

Receitas Correntes.....	81.368.112,68
Receitas de Capital.....	2.866.705,00
<b>TOTAL.....</b>	<b>84.234.817,68</b>

## DESPESAS

### I - ORÇAMENTO FISCAL

Despesas Correntes.....	81.143.298,68
Despesas de Capital.....	2.866.705,00
Reserva de Contingência.....	224.814,00
<b>TOTAL.....</b>	<b>84.234.817,68</b>

### II - ORÇAMENTOS DESCENTRALIZADOS

#### 1. COMPANHIA DE MINERAÇÃO DE PATO BRANCO

Despesas Correntes.....	126.299,21
Reserva de Contingência.....	316,54
<b>TOTAL.....</b>	<b>126.615,75</b>
<b>TOTALGERAL.....</b>	<b>84.234.817,68</b>

As despesas por órgãos, estão assim programadas

	VALOR
0100 – Câmara Municipal.....	2.557.567,19
0200 – Governo Municipal.....	883.721,10
0300 - Assessorias.....	981.729,90
0400 – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.....	2.538.630,00
0500 – Secretaria Municipal de Finanças.....	9.029.454,40
0600 – Secretaria Mun. Eng.Obras e Serviços Públicos.....	12.144.102,36
0700 – Secretaria Municipal de Educação,Cultura, Esporte e Lazer	18.740.172,14
0800 – Secretaria Municipal de Saúde.....	28.620.692,86
0900 – Secretaria de Ação Social e Cidadania.....	3.415.912,18
1000 – Secretaria Municipal de Desenv. Econômico e Tecnológ.	2.185.158,40
1100 – Secretaria Municipal de Agricultura	1.084.917,00
1200 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente	1.679.164,75
1300 – Coordenaria do Procon	148.591,95
1400 - Administração Distrital – São Roque do Chopim	98.387,70
1500 – Companhia de Mineração de Pato Branco.....	126.615,75
<b>TOTAL GERAL.....</b>	<b>84.234.817,68</b>



## Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

A receita arrecadada no período de janeiro a junho do exercício de 2006 atingiu o montante de R\$ 32.004.815,32 (trinta e dois milhões, quatro mil, oitocentos e quinze reais e trinta e dois centavos), e a despesa empenhada o total de R\$ 33.433.648,45 (trinta e três milhões, quatrocentos e trinta e três mil, seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), fato que gerou um déficit de R\$ 1.428.833,13 (hum milhão, quatrocentos e vinte e oito mil, oitocentos e trinta e três reais e treze centavos).

A movimentação financeira da dívida fundada apurada em 31/12/2005 apresentou uma redução de R\$ 759.887,83 (setecentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e oitenta e sete reais e oitenta e três centavos).

Com o objetivo de maximizar a arrecadação própria, foram despendidos esforços na cobrança de IPTU, ISS e Dívida Ativa. No período de janeiro a junho de 2006, o valor arrecadado com IPTU foi de R\$ 1.278.016,98 (um milhão, duzentos e setenta e oito mil, dezesseis reais e noventa e oito centavos), com ISS R\$ 1.868.468,85 (um milhão, oitocentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e oitenta e cinco centavos), e Dívida Ativa R\$ 664.851,52 (seiscentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e um reais e cinquenta e dois centavos).

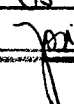
Na busca do equilíbrio entre receitas arrecadadas e despesas empenhadas, semelhantemente aos procedimentos adotados no presente exercício, foram estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, medidas de programação financeira, com objetivo de adequar a execução das prioridades governamentais à capacidade de arrecadação.

O orçamento foi elaborado atendendo as ações desenvolvidas com ensino (art. 212) da CF 88, aplicando no mínimo 25% e de ações e serviços públicos de saúde (art. 198, § 2º, III), da CF 88, mínimo 15% , dos impostos e transferências constitucionais.

Na certeza da habitual atenção de Vossas Excelências, ao ensejo, renovamos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
Roberto Viganó  
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Pato Branco	
Fl.:	05
Visto:	



# *Prefeitura Municipal de Pato Branco*

ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

<i>Câmara Municipal de</i> <i>Pato Branco</i>	
Fl.:	04
Visto:	7/01

PROJETO DE LEI Nº 124/2006

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO  
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, PARA O  
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2007.

.....  
.....  
**Art. 1º** Esta Lei estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2007, compreendendo:

I – o orçamento fiscal;

II – o orçamento da Companhia de Mineração de Pato Branco.

## SEÇÃO I DA ESTIMATIVA DA RECEITA

**Art. 2º** A Receita compreende os orçamentos mencionados nos incisos I e II do artigo anterior, é estimada no valor de R\$ 84.234.817,68 (oitenta e quatro milhões, duzentos e trinta e quatro mil, oitocentos e dezessete reais e sessenta e oito centavos).

§ 1º A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente de acordo com o seguinte desdobramento:

### 1 RECEITAS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA COMPANHIA DE MINERAÇÃO DE PATO BRANCO.

#### 1.1 RECEITAS CORRENTES

Receita Tributária.....	15.858.441,63
Receita de Contribuições.....	3.043.683,95
Receita Patrimonial.....	816.603,00
Receita Agropecuária.....	53.240,00
Receita de Serviços.....	676.680,40
Transferências Correntes.....	56.761.089,00
Outras Receitas Correntes.....	7.680.600,00
(-) Dedução para o FUNDEF.....	- 3.522.225,30
<b>SOMA.....</b>	<b>81.368.112,68</b>



# *Prefeitura Municipal de Pato Branco*

ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

<i>Câmara Municipal de Pato Branco</i>	
Fl.: <u>03</u>	
Visto: <u>[assinatura]</u>	

## 1.2 RECEITAS DE CAPITAL

Operações de Crédito	2.731.705,00
Alienação de Bens	135.000,00
<b>SOMA.....</b>	<b>2.866.705,00</b>
<b>TOTAL.....</b>	<b>84.234.817,68</b>

§ 2º A legislação e os resumos das receitas estão demonstrados na forma do que dispõe o Anexo I.

## SEÇÃO II DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 3º As despesas do Orçamento Fiscal, do Município de Pato Branco e da Companhia de Mineração de Pato Branco, estão fixadas em R\$ 84.234.817,68 (oitenta e quatro milhões, duzentos e trinta e quatro mil, oitocentos e dezessete reais e sessenta e oito centavos).

I – o orçamento fiscal.....	84.108.201,93
II – o orçamento da Companhia de Mineração de Pato Branco .....	126.615,75
<b>TOTAL.....</b>	<b>84.234.817,68</b>

Art. 4º O resumo geral da despesa será demonstrado na forma do Anexo II.

## SEÇÃO III DAS CORREÇÕES DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º. As receitas estão estimadas e as despesas fixadas segundo preços vigentes em 1º de julho de 2006 (base de correção relativa a 30 de junho de 2006).

§ 1º. As despesas custeadas com financiamentos em moedas estrangeiras estão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio vigente em 1º de julho de 2006.

§ 2º. Os valores das receitas e despesas poderão ser atualizados antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, considerado no período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e previsão do respectivo índice para dezembro de 2006.

§ 3º O Poder Executivo, no prazo de 30 dias após a publicação desta Lei e por ocasião das correções efetuadas no decorrer do exercício, encaminhará à Câmara Municipal, para ciência, cópia do orçamento anual devidamente corrigido.



# *Prefeitura Municipal de Pato Branco*

ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

<i>Câmara Municipal de Pato Branco</i>	
Fl.:	02
Visto:	<i>[assinatura]</i>

## SEÇÃO IV DAS AUTORIZAÇÕES PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS E AJUSTES NAS PROGRAMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

**Art. 6º.** Fica o Poder Executivo autorizado, no que lhe cabe a, no decurso da execução orçamentária, mediante edição de ato próprio, destinar os recursos estabelecidos no Art.9º da Lei Municipal nº 2.682/06, programados na dotação orçamentária 05.03.04.124.0011.2.014, elemento de despesa 9.9.99.99.99 - Reserva de Contingência, à cobertura de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais e os consignados no elemento de despesa 9.9.99.99.99 - Reserva de Contingência, à abertura de créditos adicionais, atendidas as formas estabelecidas na forma do artigo 7º, desta lei.

**Art. 7º.** Visando adequar as estruturas do orçamento-programa às necessidades técnicas decorrentes da execução das metas físicas e fiscais, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 5% (cinco por cento) do total do orçamento, por meio de ato próprio, na medida das necessidades, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2007, servindo como recursos para tais suplementações, quaisquer das formas definidas no parágrafo 1º do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

I – Fica o Poder Executivo autorizado a proceder por Decreto, à compensação e ajustar os valores das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais e ao pagamento de encargos e do principal da dívida pública .

II – As autorizações contempladas neste artigo são extensivas a dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo e as programações orçamentárias da Companhia de Mineração de Pato Branco.

**Art. 8º.** A contratação, prorrogação e composição de dívidas confessadas, de operação de crédito e de operações de crédito por antecipação da receita dependem de lei autorizativa específica, observadas as normas que disciplinam a matéria.

## SEÇÃO V DA EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA

**Art. 9º.** O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da Receita, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, do Título VI, Capítulo I, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Municipal n.º 2.682/06 podendo, para tanto, realizar operações de crédito por antecipação da receita, observadas às normas legais vigentes.



# *Prefeitura Municipal de Pato Branco*

ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 10.** No prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação da presente Lei, o Poder Executivo estabelecerá a Programação Financeira e o Cronograma de Desembolsos.

## SEÇÃO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Câmara Municipal de Pato Branco	
Fl.:	01
Visto:	7/07

**Art. 11.** A Secretaria Municipal de Finanças, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação da Lei Orçamentária, disponibilizará e encaminhará à Câmara Municipal, os Quadros de Detalhamento de Despesa, especificando, por projeto/atividade, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos orçamentos Fiscal e próprio da Companhia de Mineração de Pato Branco S.A.

**Art. 12.** A compatibilidade da programação orçamentária com as metas financeiras definidas na Lei n.º 2.682/06 esta demonstrada no Anexo III

**Art. 13.** A relação dos precatórios judiciais apresentados até o dia 01 de julho do corrente exercício, cuja programação esta orçada na dotação 05.06.28.843.0012.2.018 elemento de despesa 46.90.91 para os precatórios inscritos em dívida fundada e 05.06.28.846.0049.2.019 elemento de despesa 31.90.91 esta demonstrada no Anexo IV.

**Art. 14.** As origens e aplicações dos recursos seguridade social destinadas ao atendimento dos serviços da saúde, previdência e assistência social, cujo detalhamento constará das programações orçamentárias da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e da Secretaria Municipal de Assistência Social, estão sintetizadas nos Anexos V, VI e VII, em Anexo.

**Art. 15.** Esta Lei contempla recursos para concessão de auxílios, transferências e subvenções a pessoas físicas e jurídicas, visando à promoção e desenvolvimento de ações de caráter assistencial, social, médico, educacional, cultural, esportivo e agrícola, em suplementação aos recursos de origem privada aplicados a esses objetivos.

§ 1º. Para consecução do proposto neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios ou acordos com pessoas jurídicas interessadas na parceria, observados a existência de lei autorizatória específica e o disposto nos artigos 16 a 19 da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 2º. Não serão concedidos auxílios, doações, transferências e subvenções para cobertura de déficits ou prejuízos de pessoas jurídicas.

§ 3º. Os programas de assistência social que contemplem fornecimento de remédios, cestas básicas, passagens, serviços e auxílios funerários e a cobertura de outras necessidades de pessoas físicas, deverão ser autorizados por meio de lei específica.

§ 4º. Fica vedado, emendas e alterações a presente Lei, que identifiquem instituições privadas a serem beneficiadas com transferências, auxílios e subvenções econômicas ou sociais, observadas as normas da Lei Complementar Federal nº 101/00 e Lei Federal nº 4.320/64.

**Art. 16.** Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2007, revogadas as disposições em contrário.